



**LUTA E
RESISTE
COM
O PCP
Lutando
é possível
derrotar esta
Política.**

Editorial

Trabalhadores dos Transportes

**Ergamos a luta pelos
nossos direitos e interesses
de classe**

Terão profundos reflexos em 2007 as últimas decisões de 2006 do Governo PS, particularmente um Orçamento de Estado de declínio nacional e de agravamento das injustiças sociais, da de sectores como o portuário e empresas como a ANA ou a TAP, a contra-reforma da segurança social, da privatização, descaracterização e encerramento de serviços públicos, do aumento generalizado de preços de bens e serviços essenciais

O Organismo de Direcção do Sector dos Transportes do PCP destaca a importância do desenvolvimento da acção reivindicativa nas empresas e locais de trabalho do sector em torno de problemas concretos, a acção de convergência de luta do próximo dia 2 de Março e a manifestação nacional de jovens trabalhadores de 28 de Março, dia Nacional da Juventude, decididas pela CGTP e que terão lugar em Lisboa.

Numa situação em que prossegue a ofensiva do grande capital apoiado na acção do Governo e na cooperação estratégica entre este e o Presidente da República, a luta de massas que retardou processos negativos e possibilitou avanços reivindicativos, confirma-se como um grande instrumento de acção social e política, com uma enorme força de intervenção e transformação, capaz de abrir caminho a uma nova política para Portugal.



**Venceram as mulheres e a sua dignidade
Vale a pena lutar**

É preciso que a Assembleia da República (AR) legisle e que o Serviço Nacional de Saúde (SNS) assegure a aplicação da lei e a igualdade de acesso e de tratamento de todas as mulheres que optem, em consciência, por uma interrupção voluntária da gravidez (IVG).

A vitória do «Sim», que contou com o empenho activo das mulheres e dos homens do PCP no esclarecimento nos locais de trabalho e na participação de movimentos cívicos, é uma vitória da dignidade, do progresso civilizacional, da democracia, contra o medo, a hipocrisia e a discriminação das mulheres.

Sem camaradas como ele, o PCP não seria o que é.

Sérgio Vilarigues, um dos mais destacados dirigentes comunistas em mais de oito décadas e meia de história do PCP, faleceu na madrugada do passado dia 8 de Fevereiro, com 92 anos e amava a vida.



Ao seu funeral, realizado no sábado, dia 10, Fevereiro compareceram largas centenas de camaradas e amigos, que fizeram transbordar o cemitério dos Olivais em Lisboa.

Nascido em Rourar, Torredeita, no distrito de Viseu, no dia 23 de Dezembro de 1914, Sérgio Vilarigues começa a trabalhar aos 12 anos como marçano de freguesia, profissão que, aos 14 anos, passou a exercer em Lisboa. Aos 16, inicia-se como salsicheiro e liga-se à Associação dos Trabalhadores das Carnes Verdes e, quase ao mesmo tempo, à Federação das Juventudes Comunistas Portuguesas (FJCP). Corria o ano de 1932.

Uma vida de luta

Em 1934, quando distribuía propaganda para a libertação de um jovem comunista condenado a 20 anos de cadeia, é preso e enviado, na situação de incomunicabilidade, para a Esquadra de S. Domingos de Benfica. Daí passou para os calabouços do Governo Civil de Lisboa, depois para o Aljube e, a seguir, para Peniche.

A 8 de Junho de 1935, ano em que adere ao Partido Comunista Português, é enviado para a Fortaleza de S. João Baptista, em Angra do Heroísmo. Mais tarde, e apesar de já se encontrar com a pena cumprida, está no grupo de prisioneiros que inaugura o Campo de Concentração do Tarrafal em Outubro de 1936. Em Dezembro de 1940, é «amnistiado», ficando em «liberdade condicional».

Em 1942, passa à clandestinidade, na qual permanece ininterruptamente até 1974.

Sérgio Vilarigues, foi um participante destacado na reorganização do Partido de 1940/41, tendo sido eleito para o Comité Central no III Congresso, em 1943.

Até ao 25 de Abril, percorreu o País de Norte a Sul, com a responsabilidade de diversas organizações, a primeira das quais o Algarve. Foi ainda responsável por todas as organizações ao Sul do Tejo, do Norte e das Beiras.

Já no Secretariado do Comité Central, para o qual entrou em 1947, foi responsável por Lisboa, Ribatejo e Região do Oeste.

Foi responsável directo pela imprensa do Partido em largos períodos entre 1947 e 1972, num total de 16 anos. Nesta altura, é enviado para o estrangeiro por questões de defesa, entrando e saindo do País por várias vezes.

O 25 de Abril apanhou-o fora do País. Após o 25 de Abril continuou a pertencer ao Secretariado e à Comissão Política, funções que abandona em 1988, passando a integrar a Comissão Central de Controlo e Quadros, onde se mantém até 1996, quando, a seu pedido, sai do Comité Central do Partido. Como responsável pela Secção Internacional do Partido, Sérgio Vilarigues desempenhou tarefas de grande importância e «significado histórico», destaca o Secretariado. A sua presença na proclamação da independência de Angola em 11 de Novembro de 1975 é um desses momentos.

Sérgio Vilarigues era um exemplo de relacionamento fraterno e profundamente humano, associado a uma inquebrantável combatividade e firmeza na luta política.



Campo de concentração do Tarrafal

25 de Abril Sempre Fascismo nunca mais

Num momento em que se aproxima o dia 6 Março, data em que se comemora o 86º aniversário da fundação do PCP, é necessário lembrar, denunciar e combater a enorme campanha que o grande capital patrocina com o envolvimento da generalidade da comunicação social dominante, tendo em vista a negação do carácter fascista do regime de Salazar e Caetano e da sua natureza de classe, desvalorizando os seus métodos repressivos e tentando ocultar os seus crimes.

Ofensiva que tenta desvalorizar o papel decisivo e incontornável do PCP na resistência à ditadura fascista e a adulteração de que foi seu objectivo de sempre a luta pela democracia e pela liberdade a par da ofensiva e abjecta «equiparação» entre Salazar e Álvaro Cunhal – metendo no mesmo saco, insultuosamente, o ditador fascista e o resistente heróico, o carrasco e a vítima, o traidor aos interesses da pátria e o patriota exemplar – para procurar criminalizar os que lutam e resistem à política de direita.

Caminho de Ferro ao Serviço do Povo e do País



Opções estratégicas..._

Considerando o papel estratégico do caminho de ferro na articulação do desenvolvimento e recuperação económica do país, este sector foi em 1975 objecto de importantes nacionalizações, que visavam entre outros objectivos, uma planificação sectorial integrada ao serviço do progresso e desenvolvimento social e económico do país.

Este sector estratégico tem sido um alvo da ofensiva contra-revolucionária desde há mais de 30 anos em clara submissão aos interesses da recuperação capitalista pelos diferentes e sucessivos governos do PS, PSD e CDS.

É neste contexto que se avalia a recente apresentação pelo Governo do PS do documento intitulado "opções estratégicas para o caminho de ferro" por ocasião da comemoração dos 150 anos do início da actividade ferroviária em Portugal.

Essencialmente constitui um simulacro de opções, pois não passa da repetição de posições anteriormente divulgadas, tendo como questão central a alta velocidade e a liberalização e privatização do tráfego de mercadorias no imediato e de passageiros progressivamente como caminhos e meios para a continuação da ofensiva privatizadora, não conseguindo ocultar a ausência de orientações estratégicas para o Sector dos Transportes que dê resposta às necessidades do país, das populações e dos trabalhadores.

De todo o documento, sobressai da estratégia do governo o interesse em desenvolver "linhas de negócio" favoráveis à entrada dos privados na construção de infra-estruturas e na exploração de linhas através de parcerias público-privadas, em vez de dar resposta aos problemas existentes.

Portugal precisa e o PCP propõe

Na iniciativa recentemente realizada pelo PCP sob o lema "Colocar o caminho de ferro ao serviço do povo e do país" no âmbito do programa "Portugal

precisa e o PCP propõe" foram apresentadas propostas concretas para o futuro do caminho de ferro em Portugal, das quais se sintetizam aqui apenas algumas das mais relevantes para atingir estes objectivos:

- Elaborar um Plano Nacional do Transporte Ferroviário, integrado num Plano Nacional de Transportes assente em fortes empresas públicas;
- Parar a ofensiva privatizadora nas empresas e manter no sector público todas as empresas do sector ferroviário, fazer o seu saneamento financeiro, no sentido de se constituir de novo uma única empresa de caminhos de ferro;
- Parar a diminuição dos postos de trabalho, acabar com o trabalho precário, dignificar as carreiras e aumentar os salários dos trabalhadores ferroviários, para fazer face ao custo de vida;
- Assegurar que as administrações das empresas são constituídas por técnicos competentes e interessados na valorização do Sector e não na sua destruição;
- Extinguir a RAVE e integrar a alta velocidade na REFER e na CP, apostando na alta velocidade ferroviária, integrada com toda a exploração convencional;
- Garantir o serviço público ferroviário, tendo presente que a componente social é hoje mais de 80% dos passageiros transportados pela CP;
- Assegurar uma adequada política de investimento público, através do OE e a atribuição das indemnizações compensatórias adequadas ao serviço público prestado, assegurando equilibrada situação financeira;
- Acelerar os investimentos nas infra-estruturas e alargá-los a toda a rede ferroviária nacional, no sentido da sua modernização e da proximidade aos utentes;
- Aumentar a capacidade de intervenção da EMEF, com aumento e renovação de meios humanos e de condições de trabalho, para reparar, modernizar e fazer manutenção do material circulante, quer da CP quer para outras empresas ligadas ao sector ferroviário.

Em 2 Março vamos participar na Jornada nacional de luta exigindo a Defesa e valorização do sector ao serviço do Povo e do País.

Face às decisões agora anunciadas pelo Governo/PS relativamente à privatização da ANA – Aeroportos de Portugal SA, associando-a à construção e gestão por privados do novo Aeroporto de Lisboa na OTA, o PCP considera que estamos perante uma grave submissão do

Não à privatização da ANA



interesse nacional aos objectivos do grande capital nacional e estrangeiro.

O PCP relembra que o Estado Português criou a ANA em 1979, atribuindo-lhe as responsabilidades das infra-estruturas aeroportuárias, controlo de tráfego aéreo, áreas de enorme interesse público e associadas à segurança e soberania do País. Desde então a ANA tem

o privado. Ou seja como diz o nosso povo: o Governo quer garantir ao capital privado "todos os aeroportos no saco e o aeroporto da OTA no papo".

Neste quadro, o PCP reafirma o carácter estratégico e de inquestionável interesse público que o sector da aviação civil, aeroportos e navegação aérea tem para o país, pelo que, considera o seguinte:

- Pôr fim imediato ao processo de privatização da ANA, mantendo a sua unidade estrutural e o estatuto de Empresa Pública de capitais integralmente detidos pelo Estado.
- Que o novo aeroporto de Lisboa, seja inteiramente público e gerido pela ANA, que a sua localização seja definida de acordo com interesse nacional e integrado harmoniosamente na rede nacional de transportes, de plataformas logísticas e interfaces

Dia 2 de Março

Vamos à luta pelos nossos interesses e direitos de classe

Os resultados da política de direita desenvolvida ora pelo PS ora pelo PSD sempre com o apoio do CDS-PP demonstram claramente que os beneficiários dela, são os grandes grupos económicos e financeiros. Com a banca em 2006 a aumentar em 30% os seus lucros face ao ano anterior, enquanto a PT e pretende distribuir pelos accionistas 6,2 Mil Milhões de lucros.

Ao invés os trabalhadores e a esmagadora maioria do nosso povo vê cada vez mais reduzidos os seus direitos e rendimentos, crescer o desemprego, degradar-se os serviços públicos, e atacarem-se os direitos dos trabalhadores da Administração Pública, e a contratação colectiva.

Esta política só será derrotada pelo reforço da unidade e da luta das classes e camadas da população por ela afectadas. Por isso Vamos a 2 de Março em Lisboa no Saldanha (Junto à CIP pelas 14.30 H participar na Concentração Nacional promovida pela CGTP.

revelado ser, não só um instrumento adequado para o serviço público de apoio à aviação civil, como a mais importante fonte de receitas para o Estado neste sector.

Durante este período a ANA alcançou um excelente desempenho com resultados crescentemente positivos. Só na década de 90, realizou um volume global de investimentos de mais de 88 milhões de contos e obteve mais de 45 milhões de contos de resultados líquidos positivos, com um volume de negócios que ultrapassava, à data, os 50 milhões de contos por ano. Em 2005 processou, no conjunto dos sete aeroportos que são da sua responsabilidade, cerca de 20,3 milhões de passageiros e 221.894 aeronaves e atingiu resultados de 32,4 milhões de euros e um volume de investimentos de 124,4 milhões de euros.

O PCP reafirma que não há nenhuma razão nos planos financeiro, económico ou político que justifique a decisão de privatização da ANA.

Ao associar a privatização da ANA à construção de um novo Aeroporto de Lisboa, o governo quer criar a ilusão de que realiza o "milagre" de um encaixe financeiro no imediato e garante a infra-estrutura (Aeroporto) no futuro quase sem custos para Estado, quando na verdade, o que está em causa, é a transferência para os privados da principal fonte de receitas que suportará a construção do novo Aeroporto de Lisboa, com a inegável desvantagem de transferir este património do domínio público para

multimodais de transportes, ouvindo para tal o Conselho Superior de Obras Públicas, os Órgãos da Área Metropolitana de Lisboa e as estruturas representativas dos trabalhadores do sector ou com eles correlacionados.

- Que a modernização e ampliação dos restantes aeroportos e aeródromos nacionais não seja casuística e tenha por base a elaboração de um plano integrado de forma a garantir que estes estejam aptos a responder às necessidades e dimensionamento futuro.

No quadro da sua intervenção, o PCP tudo fará para pôr termo a esta escandalosa alienação do interesse e do património público e solidariza-se com a luta dos trabalhadores na defesa da ANA como empresa pública.